
AS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL COM RELAÇÃO AO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

Thais Andreia Araújo de Souza¹

RESUMO: Este artigo objetiva traçar um perfil dos beneficiários do Bolsa Família no Nordeste e compará-lo ao do brasileiro. Para isso, são apresentadas características pessoais e também características domiciliares. Também, para analisar a relevância e verificar se o modo de operar é o mais qualificado, é feita uma retomada teórica da pobreza, observando a abordagem e concepção adequadas, verificando se foram atendidas pelo programa. São apresentadas as origens do programa e a luta contra a pobreza, além das condicionalidades, o funcionamento e os programas antecedentes no combate à pobreza. O programa cresceu em importância no período e ajudou a diminuir a pobreza nas regiões, porém, o Nordeste continua com a taxa acima das outras. Foi verificado que é respeitado o tipo de pobreza característico do país e são utilizadas linhas de pobreza para identificar os pobres. Também que ele também vai além da mera transferência de renda, buscando melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. No mais, foi verificado que o beneficiário nordestino não possui características muito discrepantes do brasileiro médio, não sendo fator crucial para explicar porque há procura mais alta na região pelos benefícios do programa.

Palavras-chave: Pobreza. Transferência. Benefício. Renda.

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família, que atualmente é o principal programa de transferência de renda brasileiro, foi criado no ano de 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e unificou programas sociais anteriores, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Alimentação, entre outros, e tem tido um papel crucial no combate à pobreza no cenário brasileiro. Ele é um programa que visa não somente a transferência de renda para a população mais pobre, como também, visa garantir que essas famílias tenham acesso a direitos básicos. O programa opera com três eixos de ação: a transferência de renda, com o intuito de aliviar imediatamente a pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos básicos na área de educação, saúde e assistência social; e, também as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias para superarem a situação de vulnerabilidade.

A pobreza é um problema que está presente em todo o território nacional, porém, a sua distribuição não é uniforme. De acordo com o Ipeadata (2016), em 2012 a taxa de extrema pobreza nas regiões do Brasil era: 11,0% no Nordeste; 2,0% no Centro Oeste; 8,3% no Norte; 2,43% no Sudeste e 2,2% no Sul. Já a taxa de pobreza era 30,8% no Nordeste; 6,74% no Centro Oeste; 27,5% no Norte; 8,0% no Sudeste e 7,5% no Sul. Quanto à distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2013, de acordo com os resultados obtidos por Camargo *et al.* (2013), a situação era a seguinte: 50,4% no Nordeste; 25,3% no Centro Oeste; 11,4% no Norte; 7,5% no Sul e 5,4% no Sudeste. Visto que a região Nordeste, é a que continua apresentando a maior concentração de pobreza extrema, estudos que visem verificar a condição dos pobres na região são importantes com o intuito de auxiliar o governo na prestação de informações que sejam úteis na formulação de políticas sociais.

O objetivo deste artigo é traçar um perfil do beneficiário na região Nordeste em comparação com o Brasil. Com este intuito, são analisadas algumas características dos domicílios e também características relacionadas aos beneficiários. Também são descritas algumas características do programa e uma análise sobre qual o tipo de pobreza está presente no país e qual a abordagem que o Programa Bolsa Família utiliza para combatê-la.

Este artigo se encontra estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção é feita uma retomada teórica sobre a pobreza e sobre qual o perfil da pobreza no Brasil e a forma escolhida pelo Bolsa Família para combatê-la. Na segunda seção são feitas algumas considerações sobre o Programa, a fim de explicar a sua importância no combate à pobreza e o modo como isso é feito. Na terceira seção, é mostrada a evolução dos programas sociais anteriores até a criação deste programa. Por fim, na quarta seção é analisado o perfil dos beneficiários com base em informações dos domicílios e dos beneficiários.

¹ Doutoranda / UFRGS

1 ASPECTOS E ABORDAGENS SOBRE A POBREZA

Não existe consenso sobre a definição de pobreza, porém, o seu conceito tem evoluído durante o tempo. Inicialmente, um estado de pobreza era considerado quando havia insuficiência de renda, de acordo com Rowntree (1908), era quando faltava o mínimo para garantir o necessário à sobrevivência, ou seja, o suficiente para garantir acesso à alimentação, roupas, entre outros. Rocha (2006) afirma que houve uma maior preocupação com a erradicação da pobreza a partir da década de 1970, quando países considerados ricos, perceberam que apesar do seu desenvolvimento, a pobreza não diminuía. Por isso, começaram a ser criadas políticas públicas com o intuito de solucionar esse problema social.

Já Laderchi, Saith e Stewart (2003), partindo dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países, afirmam que em todos há preocupação em diminuir o estado de pobreza, porém, o que torna essa tarefa difícil é que, justamente devido à diferença de desenvolvimento e consequentemente, modo de vida nos países, há dificuldade em definir o que é pobreza, quais as suas características, a forma de mensuração, e principalmente, qual o melhor modo para combatê-la. Porém, atualmente, apesar de todas as opiniões divergentes, há concordância geral de que a pobreza não se define simplesmente pela insuficiência de renda, de forma a envolver mais informações. Levando isso em consideração, Rocha (2006) afirma que:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2006, p. 9-10).

Com o passar do tempo e estudos sobre o tema, surgiram novas definições da pobreza, Albuquerque (2011) mostra que há a abordagem da renda, que é a insuficiência de renda conforme já dito, mas que também há a abordagem das necessidades básicas e, mais recentemente surgiu a abordagem pelas capacitações, elaborada pelo prêmio Nobel Amartya Sen. As duas últimas, são medidas mais abrangentes do conceito da pobreza, pois vão além da mera consideração de renda, mas também incluem questões relacionadas à qualidade de vida. De acordo com Couto (2014), na abordagem por necessidades básicas, a pobreza deixa de ser vista de maneira unidimensional (insuficiência de renda) e passa a incorporar outros tipos de carências: além da necessidade alimentar, há outras necessidades no âmbito monetário e não monetário e que fornecem bem-estar e qualidade de vida. Além disso, Codes (2008) afirma que é importante considerar um conjunto maior de necessidades humanas que se referem a serviços públicos que devem ser ofertados a todos como o acesso à água potável, energia elétrica, coleta de lixo, saneamento básico, transporte coletivo, saúde, educação, entre outros serviços. Com relação à abordagem da pobreza por capacitações, Silva e Neder (2010), afirmam que estar privado das capacidades básicas é “[...] encontrar-se privado de oportunidades básicas para, por exemplo, estar bem nutrido e bem abrigado, ter acesso à educação, gozar de uma boa saúde, entre outras” (SILVA; NEDER, 2010, p. 2), e que Sen se preocupava com a extinção da pobreza, e esta se caracterizava pela negação dos direitos mais básicos para a pessoa conseguir sobreviver. Uma das suas maiores preocupações com relação à pobreza era a fome. Diferentemente de outros autores, ele acreditava que a falta de renda era um dos resultados da má qualidade de vida dos pobres. O enfoque das capacidades enfatiza os princípios de igualdade de oportunidades de ordem social, política, econômica e liberdade para realizar ações que proporcionem bem-estar. Segundo essa abordagem, os meios para que um país alcance o desenvolvimento dependem das oportunidades existentes para que as pessoas possam fazer escolhas, tenham direito à cidadania e consigam levar o tipo de vida que elas valorizem.

Fora isso, também existem diferentes concepções de pobreza, são elas, a absoluta, relativa e subjetiva, que novamente evidenciam a dificuldade de mensuração da pobreza devido aos diferentes níveis de desenvolvimento dos países. Kageyama e Hoffmann (2006), também difundem as diferentes concepções de pobreza:

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou

família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 80).

A concepção de pobreza absoluta, segundo Hagenaars e De Vos (1988), é a situação em que a pessoa tem menos do que o mínimo definido objetivamente. Rocha (2006, p.11) afirma que “pobreza absoluta está estreitamente vinculada [...] ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”. Principalmente de acordo com essa concepção seria necessário estabelecer uma linha de pobreza, segundo afirma Couto (2014). Kageyama e Hoffmann (2006) também sugerem a definição de linhas de pobreza, de modo a facilitar, a identificação desses indivíduos, e também auxiliar as políticas públicas para a superação desse estado de privação. Desse modo, seria estabelecido um valor monetário, em que, as pessoas que se encontrassem com renda abaixo desse valor seriam consideradas pobres. Seguindo essa ideia de linhas de pobreza, o World Bank (1990) afirmou que para esse intuito de definição, eram necessárias respostas para algumas questões: como seria medido o padrão de vida, e qual seria o padrão de vida mínimo, além, de como poderia ser explicado isso em uma variável ou índice.

A dificuldade de explicar a pobreza em um índice ou variável, é uma das principais questões ainda por responder, Rocha (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006) concordam que essa dificuldade reside nos diferentes padrões de vida apresentados em diferentes regiões, ou seja, o que poderia ser considerado privação em uma região, pode ser supérfluo em outra, e assim por diante. Por isso há a necessidade de levar em consideração outros conceitos além da própria renda, pois também ajudariam na elaboração de políticas sociais que realmente surtam efeitos em redução da pobreza e melhora da qualidade de vida. A partir disso surge a concepção de pobreza relativa, segundo o Ipardes (2003), a pobreza relativa está relacionada ao que é considerado como bens necessários em determinado local ou tempo. Assim, a pobreza relativa pode variar de sociedade para sociedade. É um conceito associado a comparações no sentido de que uma pessoa pode ser considerada pobre quando ela tem menos do que os outros que vivem na mesma sociedade, dado o padrão de renda que vigora em tal sociedade. A pobreza relativa também se baseia na renda, sendo considerado pobre, por exemplo, quem tem renda *per capita* inferior à determinada renda média ou mediana de uma sociedade. Segundo Salama e Destremau (1999) de modo geral, sob a ótica da pobreza relativa, considera-se como pobre as pessoas que têm nível de renda abaixo de 40% ou 60% da renda mediana, ou ainda, abaixo de 50% da renda média. E por último, mas não menos importante, a pobreza subjetiva se verifica quando o pobre sente que não tem o suficiente para continuar vivendo. Nesse sentido, Hagenaars e de Vos (1988) afirmam que pobre é o indivíduo cujo nível de renda se encontra abaixo do que ele considera suficiente para o atendimento de suas necessidades. Definidas as diferentes concepções, Loureiro e Suliano (2009) acreditam que a pobreza absoluta está mais caracterizada em países em desenvolvimento, pois está mais ligada à questão de sobrevivência, enquanto a pobreza relativa está mais presente em países desenvolvidos e mais ligada a questões de exclusão social.

Tudo isso considerado, o programa Bolsa Família (PBF), é voltado principalmente para a transferência de renda. Fazendo uso de linhas de pobreza para identificar as pessoas que se encontram em estado de pobreza e podem ser beneficiárias. E também, o programa é melhor entendido quando considerada a pobreza pela abordagem das capacitações, pois, através da transferência de renda, possibilita às famílias pobres o acesso a igualdade de condições de ordem social, econômica, entre outras, e assim, seria obtido um maior bem-estar aos beneficiários. Com relação à pobreza, no Brasil, e principalmente no Nordeste, a concepção que mais se encaixa no perfil da região é a de pobreza absoluta, pois há maior preocupação com relação à sobrevivência dos indivíduos.

2 A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

2.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2016), o programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para famílias pobres que possui como contrapartida algumas condicionalidades. Foi instituído no início do governo Lula, pela Medida

Provisória nº 132 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. É o principal programa de transferência de renda direta destinada à eliminação da pobreza no país e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. Para atingir os seus objetivos o programa tem três eixos de ação: a transferência de renda, com o intuito de aliviar imediatamente a pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos básicos na área de educação, saúde e assistência social; e, também as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias para superarem a situação de vulnerabilidade.

As pessoas que podem participar do programa são as que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo como base critérios monetários. Conforme as regras do Programa Bolsa Família (PBF), considera-se um indivíduo extremamente pobre quando sua renda familiar *per capita* mensal é igual ou menor a R\$ 77,00, enquanto pobre é aquele que tem renda familiar *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 mensais. Há casos específicos em que é possível ter um benefício diferenciado. Trata-se do benefício variável, para o caso das famílias que têm crianças de 0 até 12 anos ou adolescentes até 15, R\$ 35,00, com limite de cinco benefícios por família, e para os adolescentes de 16 e 17 anos, R\$ 42,00, com limite de dois benefícios por família, quando há mulheres grávidas ou lactantes, R\$ 36,00, pagos durante nove meses, e também quando há bebês de 0 a 6 meses de idade, R\$ 35,00, pagos por seis meses, também há limite de cinco mães beneficiárias por família. Além desses, há ainda o benefício de superação da extrema pobreza, que ocorre quando, mesmo com os benefícios normais a família não consegue superar a situação de extrema pobreza, quando há essas situações são feitas análises de caso a caso e não há valor fixo. Fora os benefícios, quando os integrantes de famílias beneficiárias completam 14 anos, eles têm acesso a programas e cursos de qualificação profissional.

Um aspecto importante do PBF é que preferencialmente os benefícios sejam repassados para a mulher. Segundo a ministra Tereza Campello em 2014, essa preferência se deve à importância de se garantir a autonomia das mulheres em situação de pobreza. Muitas vivem em regiões onde não há emprego e isso as impede de ter uma renda fixa, o que pode torná-las dependentes dos homens. Acredita-se que a mulher sendo a titular do recebimento do benefício, é maior a chance de que o dinheiro seja bem gasto. O programa teve êxito nesse ponto, pois 93% das famílias que recebem o benefício eram chefiadas por mulheres em 2013. Os pagamentos são realizados por meio da Caixa Econômica Federal.

2.2 CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA

O programa impõe condicionalidades aos seus beneficiários como contrapartida pelo benefício. Entre elas estão o acompanhamento da vacinação e do desenvolvimento das crianças de até 7 anos, mulheres entre 14 e 44 anos devem fazer acompanhamento médico, e se grávidas, elas e o bebê devem realizar o pré-natal. O órgão responsável por essa fiscalização é o Ministério da Saúde. Com relação à educação, as crianças entre 6 e 17 anos devem estar matriculadas, e com frequência escolar de 85% para crianças até 15 anos e 75% para os adolescentes de 16 e 17 anos, sendo fiscalizados pelo Ministério da Educação. O programa proíbe o trabalho infantil. As condicionalidades objetivam monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis. No caso de haver descumprimento das condicionalidades, há penalidades para a família, podendo inclusive ocasionar o cancelamento do benefício.

De acordo com Campello (2013), o programa conseguiu cumprir vários objetivos devido às suas condicionalidades em termos de saúde. Houve maior gasto com alimentação reduzindo a desnutrição de crianças e a insegurança alimentar e isso ajudou a diminuir a taxa de mortalidade infantil. Em termos de educação, o programa também conseguiu atingir seus objetivos, pois houve um aumento na frequência escolar e a diminuição da taxa de evasão escolar.

A importância do PBF está no fato de ser um programa que procura ir além da simples transferência de renda para tentar aliviar a pobreza de forma mais imediata. Suas condicionalidades contribuem para o desenvolvimento das famílias e, sobretudo, para enfrentar o ciclo geracional da pobreza. O programa oferece a possibilidade de ascensão social para seus beneficiários, mas que só

deve ser alcançado pelas próximas gerações. Assim, os filhos das famílias beneficiárias ao terem maiores oportunidades de acessar serviços públicos como os de saúde e educação podem ter mais condições de romper o ciclo vicioso da pobreza.

2. 3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Para determinar quem participa do PBF, o governo se utiliza do Cadastro Único (CadÚnico), que objetiva identificar as famílias de baixa renda. Segundo Camargo *et al.* (2013), trata-se de um cadastro que o governo de todas as instâncias utiliza para poder identificar famílias que se encontram em situação de renda baixa: rendimento de meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos totais durante o mês. Neste cadastro é possível identificar características sobre os domicílios das famílias, as formas de acesso aos serviços públicos essenciais e também sobre cada integrante da família. O objetivo do cadastro é utilizar esses dados das famílias para que o governo possa realizar políticas específicas voltadas para a redução das vulnerabilidades sociais das famílias.

São várias as ações que contribuem para que o PBF possa ser realizado. Desde a sua criação o programa evoluiu bastante. Segundo Campello (2013), em 2013 o programa beneficiava cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país. Em comparação com o início da sua implantação houve significativa melhora das condições de vida das famílias pobres. Motta (2013) afirma que o programa além de reduzir a pobreza, também contribui para melhorar a economia, pois possui efeito multiplicador na renda.

De acordo com Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em 2014, o Bolsa Família ajudou a diminuir a extrema pobreza do país em 28% no período entre 2002-2012 e teve resultado positivo na distribuição de renda, visto que enquanto a renda média dos mais pobres cresceu 120%, a dos mais ricos cresceu só 26%, o que contribuiu para uma queda no índice de Gini (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

O programa enfrenta vários argumentos críticos, um deles, segundo Campello (2013), é que para aumentar o ganho dos benefícios do PBF as famílias se aproveitariam da situação e passariam a ter mais filhos. Mas isso é negado por Alves e Cavenaghi (2013), que confirmam que o PBF não influenciou a taxa de fecundidade para cima. Ao contrário, em todas as faixas de renda houve diminuição na taxa de fecundidade. Também há a crítica popular de que o programa iria criar acomodação para as famílias e que isso geraria dependência e desincentivo para o trabalho. Porém, essa informação é contestada com dados que informam que os indicadores com relação ao trabalho mostram uma proximidade entre os beneficiários e não beneficiários. Ainda, há casos noticiados de pessoas recebendo o benefício quando não se encaixam no perfil do programa, esses fatos podem ocorrer por causa de desatualizações no cadastro ou por irregularidade de autoridades locais. Mesmo quando ocorrem essas situações, são casos raros, que não valem pôr em xeque todo o funcionamento do sistema que têm mostrado resultados benéficos.

Outra das críticas mais comumente citadas seria com relação ao “efeito-preguiça”. Esse efeito acontece quando o beneficiário que recebe a ajuda de renda do governo passa a depender desse benefício, não se preocupando em conseguir um emprego para se sustentar sozinho, e sair do estado de pobreza. Ela criaria dependência do benefício. Nesse caso, a política não estaria resolvendo o problema da pobreza no longo prazo, mas sim criando dependentes. Esse argumento é contestado no trabalho de Medeiros *et al.* (2007), que mostra a taxa de participação no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários como sendo bem próximas, a dos beneficiários de 74,5% e não beneficiários 68,3% (TAVARES, 2008).

Conforme Rocha (2011), o PBF está cada vez mais ganhando interesse nacional. Entre as razões para isto estão: o programa atende mais 11 milhões de beneficiários, cobrindo 19,4% dos domicílios no país; mesmo sendo gasto menos de 1% do PIB, o programa tem um grande retorno. Além disso, tem sido um importante responsável pela diminuição da desigualdade no Brasil.

3 PROGRAMAS SOCIAIS ANTERIORES AO PBF

Na década de 1990, de acordo com Weissheimer (2006), houve a publicação de um trabalho do senador Eduardo Suplicy, “Programa de Garantia de Renda Mínima, 1992”, em que ele tratou do tema desigualdade, mostrando situações de famílias que viviam em situação precária no país, caracterizados como extremamente pobres. Com o objetivo de procurar uma solução para essa situação de pobreza, ele apresentou ao Senado, em 1991, um projeto de lei que criaria o Programa de Garantia de Renda Mínima, dando força às políticas de cunho social. No Brasil, na década de 1990 foi quando houve mais avanços para a erradicação da pobreza, visto que foram criados vários programas com esse objetivo, e o próprio governo federal passou a incentivar os municípios a buscarem soluções para o problema.

Rocha (2011) também destaca o fato de que no Brasil foi, a partir da década de 1990, que começou a surgir um maior número de programas que objetivavam diminuir o grau de pobreza. O Bolsa Escola surgiu a partir de um repasse imediato que buscava dar às famílias pobres o suficiente para consumo de bens essenciais, além de incentivar as crianças a frequentar a escola, procurando assim diminuir a pobreza no longo prazo devido à maior escolaridade. Porém, esse programa foi implementado em local onde a situação de pobreza não era tão extrema, e acabou criando a falsa ilusão de que era a solução para os problemas. Como foi um programa que não obteve os resultados desejados, as prefeituras começaram a adotar políticas próprias para a garantia de renda mínima. Devido aos fracassos dessas tentativas, no ano de 2001 o governo federal tomou a responsabilidade pelo financiamento do Bolsa Escola e o remodelou. De acordo com Santana (2007), o objetivo do programa era incentivar as crianças a permanecerem na escola. Famílias que recebiam até R\$ 90,00 *per capita* mensais, e quando possuíam crianças de seis até quinze anos tinham o direito de receber R\$ 15,00 mensais por criança. O limite máximo era de três crianças por família, e a condicionalidade era que eles possuíssem 90% de frequência escolar.

No ano de 2001 foi criado o Auxílio-Gás, que, segundo Santana (2007), tinha como objetivo ajudar as famílias pobres, por meio de subsídios, a comprar o botijão de gás. Para receber o benefício era necessário que a família estivesse cadastrada tanto no programa Bolsa Escola quanto no Cadastro Único dos Programas Sociais. O benefício recebido era de R\$ 7,50 mensais, que eram pagos a cada bimestre. O programa não tinha nenhum tipo de condicionalidade. O Programa Bolsa Alimentação era uma espécie de complemento do Programa Bolsa Escola. Seu objetivo, de acordo com Santana (2007), era melhorar as condições de vida de gestantes e nutrízes. Para receber o benefício, também era necessária renda familiar máxima *per capita* de até R\$ 90,00 mensais. O limite era de três benefícios por família e o valor era de R\$ 15,00 mensais. Entre as condicionalidades exigidas estavam o acompanhamento de exames pré-natal, cartão de vacinação em dia, o acompanhamento do crescimento das crianças, entre outros. Também foi criado o Cartão Alimentação, Santana (2007) afirma que o seu objetivo era assegurar que as famílias pobres tivessem um mínimo de recursos para atender suas necessidades mais básicas de alimentação. O benefício era de R\$ 50,00, sendo que este valor deveria ser gasto em alimentos. Como contrapartida, os adultos deveriam participar de cursos de alfabetização. Segundo Weissheimer (2006), além desses programas citados, havia outros que tinham objetivos semelhantes, os quais foram criados no fim do governo FHC. Entre eles está o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Agente Jovem e Sentinela.

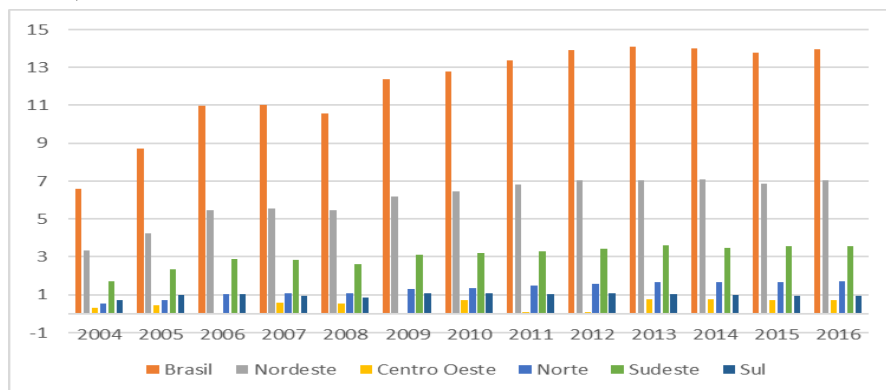
O PBF foi criado com a intenção de substituir os programas acima citados. Essa substituição visava diminuir as disparidades de valor que havia em diferentes regiões. Essa substituição foi feita lentamente e, ao longo da evolução do PBF, o número de beneficiários dos outros programas foram diminuindo. Para Weissheimer (2006, p. 25) “O objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos”.

4 CARACTERÍSTICAS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NO NORDESTE

Nesta seção serão analisadas variáveis com relação à condição de vida dos beneficiários e com relação às suas moradias para traçar um perfil do beneficiário do PBF no Nordeste, é seguida a proposta utilizada por Camargo *et al.* (2013). O programa Bolsa Família começou no ano de 2004 efetivamente, conforme é possível perceber no Gráfico 1, a quantidade de famílias beneficiadas tem crescido no

Brasil, a única exceção mais expressiva foi no ano de 2008, porém, este foi um ano atípico, devido à crise internacional que teve respingos no país.

Gráfico 1– Quantidade de Famílias Beneficiárias no Brasil e Grandes Regiões (2004-2016) (em milhões).

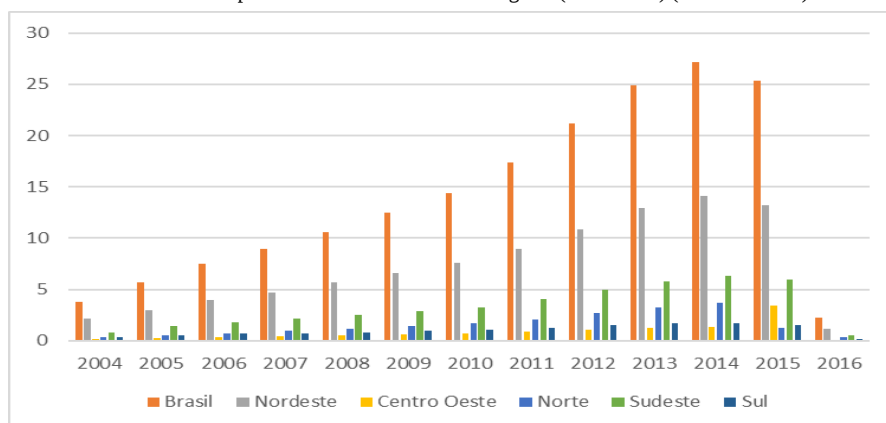


Fonte: MDS, 2016.

Conforme é possível analisar no Gráfico 1, o Nordeste é a região que possui a maior quantidade de beneficiários do país, mostrando que possui uma maior quantidade de pessoas em situação de pobreza e que precisam de auxílio do governo para superar essa situação. Como é visto, o Nordeste é responsável por mais ou menos metade dos beneficiários no país inteiro, corroborando com o mostrado por Camargo *et al.* (2013).

A região conta com o estado que é o maior receptor de repasses do programa, no caso a Bahia, porém, os demais estados também figuram entre os primeiros da lista. A região Nordeste é a região mais pobre do país, e lugar de preocupação e formulação de políticas públicas que visem melhorar a situação tanto social dos seus cidadãos quanto econômica. Devido a contar com áreas que sofrem de seca, por causa do clima de cerrado, os habitantes têm uma situação mais precária quando comparado ao resto do país. Em ordem crescente, as regiões mais dependentes do repasse do PBF são Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro Oeste. Relacionado com a quantidade de famílias beneficiárias está o valor repassado, como é possível ver no Gráfico 2.

Gráfico 2– Valor Total Repassado no Brasil e Grandes Regiões (2004-2016) (R\$ em bilhões).

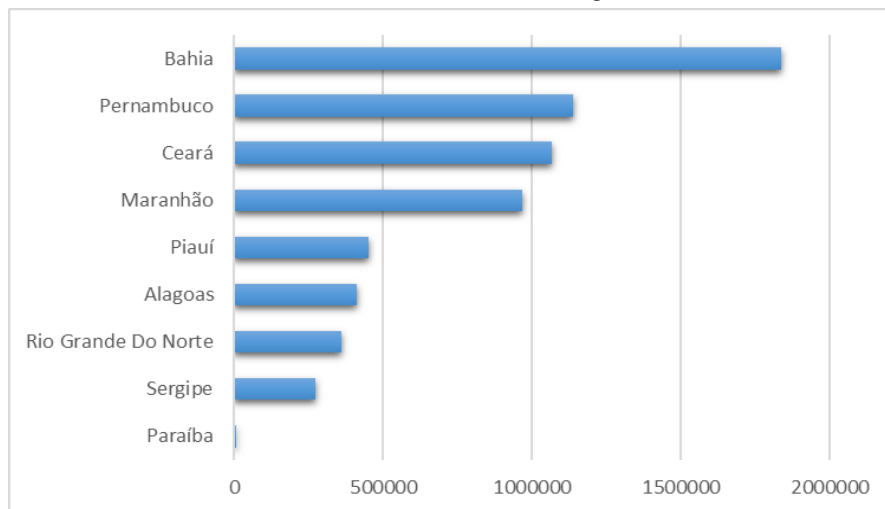


Fonte: MDS, 2016.* valor de 2016 é parcial.

Assim como a quantidade de beneficiários, o valor repassado para as famílias também continuou aumentando durante o decorrer do tempo, o que mostra a dependência das pessoas para estarem acima da linha de pobreza, esse fato é muito discutido atualmente, porque pode ser um fato bom, porém, também pode ser um fato ruim. É bom pois, mais famílias estão saindo da situação de pobreza e podendo ter uma qualidade de vida melhor, tanto para os mais velhos quanto para os mais novos, estes últimos principalmente, pois têm melhores chances de no futuro romper essa barreira social e possuírem melhor educação e qualificação profissional, podendo obter melhores empregos e rendas. Porém, pode ser um fato ruim, visto que conforme é investido mais na área social no país, é esperado que as famílias consigam se emancipar do programa, saindo da situação de pobreza e se mantendo sozinhas. No entanto, é necessário considerar que o programa ainda é recente, portanto, não necessariamente os seus resultados são vistos no curto prazo, ainda mais considerando que as pessoas idosas e pobres dificilmente conseguirão efetivamente mudar a sua situação social. O que se espera mesmo é que os jovens tenham esse resultado, portanto, as crianças que eram beneficiárias em 2004, ou ainda estão estudando ou estão se inserindo no mercado de trabalho, portanto, seus efeitos ainda não são observáveis no período, talvez em um período de alguns anos esse efeito já possa ser visto.

Assim como a quantidade de beneficiários, o valor repassado para o Nordeste está em torno de metade do valor total disponibilizado para o país, evidenciando mais uma vez a sua situação precária. A ordem das regiões mais dependentes também continua a mesma da ordem de quantidade de famílias beneficiadas, o que se é esperado, pois quanto mais pessoas dependentes, maior o recurso que é necessário ser disponibilizado. O Gráfico 3 mostra a quantidade de famílias beneficiárias em cada estado da região para o ano de 2016.

Gráfico 3– Quantidade de Famílias Beneficiárias nos Estados da Região Nordeste em 2016.



Fonte: MDS, 2016.

Conforme dito anteriormente, a Bahia é o principal beneficiado do programa em termos de beneficiários, porém, os outros estados também possuem alta significância como beneficiários, Pernambuco, Ceará e Maranhão têm números próximos de beneficiados, diferente deles, o estado da Paraíba tem poucas famílias beneficiárias, o que é uma exceção da região, mostrando uma parcela pequena de pessoas pobres e extremamente pobres no estado. Porém, quando comparados os estados também é importante levar em consideração o tamanho da sua população, visto que a Bahia é o principal beneficiado, porém, possui alta população, estando em torno dos 15 milhões.

4. 1 PERFIL DO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA NO NORDESTE

A Tabela 1 mostra a quantidade de benefícios disponíveis para a região do Nordeste e para o Brasil para o ano de 2016².

Tabela 1- Quantidade de Benefícios no Nordeste e Brasil em 2016.

	Nordeste	Brasil
Benefício Básico	6.599.912	12.355.286
Benefício Variável Criança	3.544.824	7.902.875
Benefício Variável Adolescente	5.705.706	12.400.153
Benefício Variável Jovem	1.210.002	2.509.986
Benefício Variável Nutriz	149.316	303.397
Benefício Variável Gestante	152.455	320.213
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	3.031.158	5.204.101

Fonte: MDS, 2016.

A mesma situação observada anteriormente é mantida, agora comparado o número de benefícios desagregados. O Nordeste recebe em torno de metade de todos os benefícios distribuídos no Brasil, a maior quantidade de benefícios é básica e para adolescentes, seguidos de benefícios para crianças, para superação da extrema pobreza, para jovens, gestantes e jovens, com o Nordeste seguindo o mesmo movimento do Brasil. Uma situação que se verifica é a grande quantidade de benefícios disponibilizados para a superação da extrema pobreza, mostrando uma situação altamente precária tanto na região quanto no país, pois, mostra que grande número de pessoas não possuem o necessário para ter uma vida adequada e precisam de ajuda do governo ainda mais do que o disponibilizado regularmente através do programa. Também, é possível analisar que a quantidade de benefícios para nutriz e gestantes é menor, visto que são benefícios por tempo determinado.

Tabela 2- Média dos Benefícios do PBF no Nordeste e no Brasil – 2004-2016 (em R\$).

Ano	Nordeste	Brasil
2004	74,34	69,98
2005	70,11	62,95
2006	66,88	59,56
2007	72,96	65,87
2008	86,51	78,77
2009	94,48	86,30
2010	100,23	92,58
2011	113,75	109,26
2012	133,83	130,76
2013	157,17	151,87
2014	173,87	169,03
2015	168,72	163,06
2016	166,55	161,26

Fonte: MDS, 2016.

² Todas as análises da sessão são feitas com base nos dados do ano de 2016 até o mês de abril.

A Tabela 2 mostra o benefício médio desde 2004, quando o programa foi implantado, ele mostra que durante todo o período a média do benefício na região Nordeste foi maior do que a do país, e que também durante o período ela aumentou a cada ano, a partir de 2007, porém, desde 2014 o benefício médio tem diminuído, o que pode caracterizar uma maior restrição do programa com relação à disponibilização dos benefícios para as famílias, ou que as famílias estão menos dependentes.

4. 1. 1 Características dos Domicílios dos Beneficiários

Haughton e Khander (2009), afirmam que é importante verificar as condições relacionadas à domicílios quando estudando a pobreza, pois isto gera uma medida da qualidade da condição de vida dos indivíduos pobres. Sobre a qualidade da moradia, foi investigado o material predominante na construção do domicílio. Seguindo a definição do IBGE (2010), os domicílios construídos com materiais duráveis em que predominam a alvenaria ou madeira aparelhada são considerados adequados. Outras características que refletem a qualidade e conforto no lar dizem respeito à forma de abastecimento de água, saneamento e iluminação elétrica. Para avaliar a situação em termos de saneamento foi investigada a proporção de domicílios em relação aos seguintes itens: a) tipo de proveniência da água (rede geral de distribuição, poço ou nascente e cisterna); b) forma de escoamento sanitário (rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica, fossa rudimentar, vala a céu aberto, escoamento direto para rio, lago ou mar). Segundo conceito utilizado pelo IBGE (2010), diz-se que a forma de escoamento é adequada quando os dejetos são eliminados através de rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora ou não; c) destino do lixo (lixo coletado diretamente, lixo coletado indiretamente, lixo queimado ou enterrado na propriedade, lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, lixo jogado em rio ou mar). Ainda segundo o IBGE (2010), diz-se que o destino do lixo é adequado quando o mesmo é coletado diretamente (através de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada) ou indiretamente (quando as pessoas o depositam num local específico como, por exemplo, uma caçamba para ser recolhido posteriormente); d) forma de iluminação (elétrica com medidor próprio, elétrica com medidor comunitário, elétrica sem medidor, à óleo, querosene ou gás e à vela).

Tabela 3- Tipo de Construção dos Domicílios no Nordeste e Brasil em 2016.

Tipo de Construção de Domicílio	Nordeste	Brasil
Domicílio de alvenaria com revestimento	4.807.85	8.720.55
Domicílio de alvenaria sem revestimento	1.104.88	2.248.90
Domicílio de madeira aparelhada	21.63	997.01
Domicílio de madeira aproveitada	235.17	266.68
Domicílio de taipa revestida	285.73	332.28
Domicílio de taipa não revestida	22.85	268.57
Domicílio de palha	9.034	25.55
Domicílio de outro material	257.28	355.97

Fonte: MDS, 2016.

Conforme a Tabela 3, tanto no Brasil quanto no Nordeste a maioria dos beneficiários mora em domicílio de alvenaria com revestimento, seguida por domicílio de alvenaria sem revestimento. Que são considerados os melhores materiais de construção para domicílios, o que caracteriza uma boa qualidade de moradia para a maioria dos beneficiários. Porém, também se percebe uma grande quantia de domicílios construídos com outro material, considerados mais precários do que os outros citados, o que mostra que uma parcela reside em situações precárias. A Tabela 4 mostra outras características dos domicílios.

Tabela 4- Abastecimento de Água, Escoamento Sanitário, Tipo de Coleta e Tipo de Iluminação no Nordeste e Brasil em 2016.

Forma de Abastecimento de Água	Nordeste	Brasil
Rede Geral de Distribuição	4.387.586	9.184.299
Poço ou Nascente	1.360.204	2.689.463
Cisterna	429.977	523.821
Outro	566.702	817.966
Escoamento sanitário	Nordeste	Brasil
Rede Coletora de Esgoto ou Pluvial	1.808.764	5.004.534
Fossa Séptica	1.074.862	1.933.161
Fossa Rudimentar	2.554.719	4.271.737
Vala a Céu Aberto	158.816	381.889
Escoamento Direto para Rio, Lago ou Mar	30.07	131.312
Outro	56.567	109.802
Coleta de Lixo	Nordeste	Brasil
Lixo Coletado Diretamente	4.122.537	9.131.563
Lixo Coletado Indiretamente	324.434	669.403
Lixo Queimado ou Enterrado na Propriedade	1.937.78	2.951.348
Lixo Jogado em Terreno Baldio ou Logradouro	291.975	346.838
Lixo Jogado em Rio ou Mar	4.249	7.407
Outro	63.484	108.988
Tipo de Iluminação	Nordeste	Brasil
Iluminação Elétrica com Medidor Próprio	5.919.525	10.800.461
Iluminação Elétrica com Medidor Comunitário	139.462	796.795
Iluminação sem Medidor	369.017	941.488
Iluminação à Óleo, Querosene ou Gás	91.438	198.575
Iluminação à Vela	54.155	115.728
Outro	170.87	362.502

Fonte: MDS, 2016.

Os itens citados na Tabela 4 são de serviços públicos. Com relação ao abastecimento de água, no Nordeste, a maioria das famílias tem acesso à rede geral de distribuição, e os que não são atendidos por este tipo de serviço tem o abastecimento de água através de poço, uma pequena quantia é abastecida por outro tipo de fornecimento. Os domicílios do Brasil também seguem a mesma trajetória do Nordeste, com a maior parte sendo abastecida por rede geral de distribuição. Em relação ao escoamento sanitário, no Nordeste os tipos mais utilizados são a fossa rudimentar e a rede coletora. Em seguida, aparece a fossa séptica, e em menor número os outros itens. Já o Brasil tem maior representação de domicílios com escoamento sanitário por rede coletora seguida por fossa rudimentar e fossa séptica, o que mostra uma situação mais precária do Nordeste neste quesito, quando comparado ao Brasil.

A maior parte dos domicílios tem acesso à coleta do lixo feita diretamente. A quantidade de lixo queimado ou enterrado no quintal é a segunda mais usada e é alta tanto no Nordeste quanto no Brasil, o que afeta negativamente a qualidade de vida dos moradores e pode trazer problemas ambientais, caracterizando um aspecto negativo que tanto o Nordeste quanto o Brasil compartilham. A grande maioria dos domicílios tanto no Nordeste quanto no Brasil tem iluminação feita por medidor próprio.

Consideradas essas características relacionadas aos domicílios, não há grande diferença entre o Nordeste e o Brasil, ou seja, o Nordeste ter a maior concentração de pobres no Brasil não tem resultado mostrado na maioria dos seus domicílios, porém, a grande maioria da representação do Nordeste pode ser vista nos valores do Brasil.

4. 1. 2 Características das Pessoas Beneficiadas do Programa

Para traçar o perfil da população beneficiária do PBF foram utilizadas variáveis relativas a aspectos de ordem individual como gênero, cor ou raça, faixa etária e escolaridade, conforme é visto na Tabela 5.

Tabela 5 - Perfil dos Beneficiários por Sexo e Raça no Nordeste e Brasil em 2016.

Sexo	Nordeste	Brasil
Masculino	10.062.008	20.232.309
Feminino	12.856.389	26.435.746
Raça	Nordeste	Brasil
Branca	3.587.813	11.166.824
Preta	1.447.180	3.055.773
Amarela	113.429	229.340
Parda	17.622.335	31.609.803
Indígena	103.752	465.619

Fonte: MDS, 2016.

Como é possível observar na Tabela 5, tanto no Nordeste quanto no Brasil há maioria de beneficiárias mulheres. Vale lembrar que é dada preferência para as mulheres como as responsáveis por receber o benefício, e em 2013, 93% das casas eram chefiadas por mulheres. É possível perceber que o resultado foi parecido com o obtido por Camargo *et al.* (2013), quando este verificou a quantidade de beneficiários por sexo para o Brasil e regiões para o ano de 2013. Eles ainda afirmam que, dados esses resultados e a quantidade de mulheres no Censo de 2010, é possível concluir que há grande parte de mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza. Com relação à distribuição dos beneficiários por raça, tanto o Nordeste quanto o Brasil têm maior concentração de pardos, seguidos por brancos e pretos. Há pequena participação de beneficiários amarelos e indígenas.

Tabela 6 - Perfil dos Beneficiários por Idade no Nordeste e Brasil em 2016.

	Nordeste	Brasil
0 a 3 anos de idade	1.851.620	4.120.631
4 a 6 anos de idade	1.744.077	3.863.560
7 a 9 anos de idade	1.843.656	4.041.555
10 a 14 anos de idade	3.166.366	6.852.330
15 a 17 anos de idade	1.892.741	3.934.815
18 a 24 anos de idade	3.041.503	5.783.148
25 a 29 anos de idade	1.682.840	3.254.039
30 a 39 anos de idade	3.395.551	6.769.423
40 a 49 anos de idade	2.487.917	4.667.352
50 a 59 anos de idade	1.472.600	2.630.312
60 a 64 anos de idade	233.900	507.895
65 a 69 anos de idade	70.842	164.651
70 anos ou mais	34.784	78.344

Fonte: MDS, 2016.

Na Tabela 6 é possível ver a distribuição dos beneficiários do PBF em relação à faixa etária. Nota-se uma elevada participação de pessoas jovens, na faixa de 10 a 24 anos tanto no Nordeste quanto no Brasil seguida por pessoas de 30 a 39 anos, ao passo que a participação dos que têm mais de 65 anos de idade é bastante reduzida. No caso do Nordeste, a faixa etária que tem maior participação no Bolsa Família é a de 30 a 39 anos de idade, em seguida é a faixa de 10 a 14 anos. A faixa que possui menor participação no programa é a de maiores de 70 anos. No Brasil a faixa etária que tem maior participação no PBF é a de 10 a 14 anos de idade, em seguida está a faixa de 30 a 39 anos, muito próxima. A menor participação também está nas pessoas com mais de 70 anos.

Novamente, comparando o Nordeste com o Brasil, há muita similaridade em relação ao perfil do beneficiário. Então não é possível relacionar características dos beneficiários do Nordeste que expliquem o porquê desta região ter maior nível de pobreza e consequentemente maior número de beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda do país, ele contribuiu para diminuir o nível de pobreza no país, principalmente na região do Nordeste, garantindo que as famílias tenham uma vida digna, e consigam sair do nível de extrema pobreza. O programa também ajuda a movimentar a economia devido ao seu efeito multiplicador de renda, visto que as famílias têm maior acesso à renda, e, consequentemente, o seu nível de consumo aumenta. Como uma política social, contribui no curto prazo, pois, imediatamente alivia a situação de pobreza das famílias, melhorando a sua qualidade de vida, e garantindo que elas tenham acesso a outras ações e programas complementares que objetivam a família a também sair do estado de pobreza. No longo prazo, o seu impacto pode ser ainda maior e mais importante, pois ao impor condicionalidades, garante que as crianças no futuro tenham melhor saúde, melhor nível educacional, melhor qualificação profissional, e, desse modo possam se manter sozinhas, sem o auxílio de políticas sociais, e que tenham melhores empregos e rendas. Também, é uma política voltada ao combate da pobreza quando se considera a abordagem das capacidades, pois não só visa a transferência de renda para as famílias, mas também visa melhorar a qualidade de vida e se assegurar de que eles possam romper o ciclo geracional de pobreza.

Considerando que o Nordeste é a região mais pobre do Brasil, as principais diferenças em relação às outras regiões e ao Brasil, ocorreram principalmente em relação ao número de beneficiados e aos valores repassados, visto que estão em torno de metade do total do país. Com relação ao benefício médio durante o período de atividade do programa, o Nordeste sempre recebeu benefício maior do que a média brasileira, com mudanças sendo verificadas nos últimos anos. Também se verificou um grande número de benefícios de superação da pobreza extrema disponibilizados, mostrando que há uma parcela significativa de pessoas nesta região, que vivem em extrema pobreza, e que mesmo com os benefícios normais do programa não conseguiriam estar acima da linha de pobreza estabelecida.

Com relação às características de domicílios da região, não houve muita disparidade quando comparado ao Brasil. O que se verificou é que o domicílio, na maioria, não é precário, há maior concentração de domicílios de alvenaria e com revestimento, a maioria tem abastecimento de água por rede geral, a maior parte do escoamento é feita por fossa rudimentar seguida por rede coletora de esgoto ou pluvial, fato este um pouco mais precário do que o apresentado pelo Brasil. Com relação à coleta de lixo, a maioria é coletada diretamente, porém, se verificou que também há grande parte de domicílios onde o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, o que pode causar problemas de saúde para os moradores e também ambiental. A maioria dos domicílios também tem iluminação por medidor próprio, mostrando que parcela considerável dos beneficiários têm acesso à energia elétrica.

Considerando o perfil das pessoas, o que se pôde verificar é que o programa tem tido sucesso no seu objetivo de garantir que as mulheres sejam as receptoras do benefício, visto que há maior parcela de mulheres beneficiárias em relação aos homens. Com relação à raça dos beneficiários, assim como o observado para o Brasil, a maioria é parda seguida por brancos, também se verificou que há pequena quantidade de beneficiários amarelos e indígenas.

Assim, apesar de ser um programa social que recebe críticas e que tem pontos a melhorar, principalmente na verificação sobre se as condicionalidades estão sendo cumpridas e também sobre se os recursos estão sendo destinados às pessoas que realmente precisam, entre outros. Ele contribuiu para diminuir a pobreza, principalmente na região Nordeste, e contribui para uma melhora em termos de desenvolvimento no futuro.

ABSTRACT: This paper aims to draw a profile of the beneficiaries of Bolsa Família program in the Northeast and to compare it to the Brazilian beneficiary. To this, are presented personal characteristics and also characteristics of the houses. Also, to analyse the relevance and verify if its operation's mode is the most qualified, it's made a theoretical recovery of poverty, observing if the approach and appropriate design are qualified, verifying IF they were respected by the program. It is presented its origins and its fight against poverty, besides its conditionalities, operation and background programs to fight against poverty. The program has grown up in importance in the period and has helped to decrease the poverty in the regions but Northeast maintain its taxes over the other regions. It was verified that the type of poverty of the country is respected and that it uses poverty lines to identify the poor. Also, that it also goes beyond the mere transfer of income, seeking to improve the quality of life of the beneficiaries. In the most, it was verified that the northeastern beneficiary is not too different of the average Brazilian beneficiary which mean it is not a crucial factor to explain why there is higher demand in the region for the benefits of the program.

Keywords: Poverty. Transfer. Benefit. Income.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R. **Pobreza sob o Enfoque Multidimensional no Paraná**. 2011. 66 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as Taxas de Fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 233-245.
- CAMARGO, C. F. *et al.* Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único Revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 157-177.
- CAMPELLO, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-24.
- CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza**: Em direção a uma visão complexa. Texto para Discussão, nº 1332. IPEA: Brasília, 2008.
- COUTO, A.C.L. **Pobreza entre os ocupados agrícolas no Brasil rural**: uma análise de suas características e principais determinantes (2004-2012). 192 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Spring, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.
- HAUGHTON, J.; KHANDKER, S.R. **Handbook on poverty and inequality**. Washington: The World Bank, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 (Estudos e Pesquisas, 27).
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Famílias Pobres no Paraná**. Curitiba: IparDES, 2003.
- IPEADATA. **Dados sobre taxa de extrema pobreza e pobreza**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 15 mai. 2016.
- KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.
- LADERCHI, C.R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter if we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Papers Series – QEHWPS107**, University of Oxford, n. 107, p. 1-41, may. 2003. Disponível em: <<http://www.ww3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. As Principais Linhas de Pobreza Utilizadas no Brasil. Nota Técnica nº 38, **IPECE**, Fortaleza, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil**: contribuições para o debate. Texto para Discussão 1283, Ipea, Brasília, 2007.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. **Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa das Transferências Sociais**. 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

ROCHA, Sônia. O programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-119, abr. 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROWNTREE, J. Poverty: a Study of town life. London: Policy Press, 1908. Disponível em: <<https://archive.org/details/povertyastudyto00rowngoog>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. O tamanho da pobreza. **Economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTANA, J. A Evolução dos Programas de Transferência de Renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Minas Gerais, de 5 a 7 de nov. 2007.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das Capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, 2010.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a Oferta de Trabalho das Mães. In: **XIII Seminário sobre Economia Mineira – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas**, Minas Gerais, 2008.

THE WORLD BANK. World Development Report 1990. Oxford University Press, 1990.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Data da submissão: 2 Setembro 2018.

Data do aceite: 11 Setembro 2018

Classificação JEL: H53; I32; I39.